Direcção Geral das Alfândegas

3.ª Repartição

2.ª Secção

Decreto n.º 8:752

Sob proposta do Ministro das Finanças e de acôrdo com a consulta do Conselho do Serviço Técnico Aduaneiro, datada de 27 de Março do corrente ano: hei por bem determinar que para a cobrança dos direitos *ad valorem* sobre os géneros de exportação nacional e para execução do disposto no artigo 18.º do decreto n.º 8:439, de 21 de Outubro de 1922, continue em vigor, durante o mês de Abril do ano corrente, a tabela de valores médios que faz parte do decreto n.º 8:694, de 7 de Março deste ano, com as modificações juntas a este decreto e que dêle ficam fazendo parte integrante.

O Ministro das Finanças assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 3 de Abril de 1923. — ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA — *Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães.*

Modificações à tabela de valores médios de exportação a que se refere este decreto, e relativamente ao que indicava a última tabela

	Classe 4.ª	
Vinho tinto comum — litro		345
	Classe 6.ª	
Palitos de madeira — quilograma		5400

Paços do Governo da República, 3 de Abril de 1923. — O Ministro das Finanças, *Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães.*

MINISTÉRIO DA MARINHA

Majoria General da Armada

Repartição do Pessoal

Decreto n.º 8:753

Considerando que o decreto n.º 8:647, de 17 de Fevereiro findo, que fixou vencimentos e melhorias ao pessoal da Direcção das Construções Navais e da Fábrica da Cordoaria Nacional, não se refere ao pessoal da Direcção dos Serviços Marítimos e de Mobilização, que, de há longos anos, se acha equiparado àquêle: hei por bem, sob proposta do Ministro da Marinha, decretar que ao pessoal da Direcção dos Serviços Marítimos e de Mobilização sejam tornadas extensivas as disposições do decreto n.º 8:647, de 17 de Fevereiro do ano corrente.

Paços do Governo da República, 3 de Abril de 1923. — ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA — *Vitor Hugo de Azevedo Coutinho.*

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares

1.ª Repartição

Por ordem superior se faz público que, segundo comunicação da Legação de Itália, de 26 do corrente, a República da Finlândia aderiu, em 17 de Fevereiro de 1923, à Convenção Internacional de 7 de Junho de 1905, relativa à criação e manutenção do Instituto Internacional de Agricultura em Roma.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, 31 de Março de 1923. — O Director Geral, *A. de Oliveira Soares.*

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Direcção Geral do Ensino Comercial e Industrial

Decreto n.º 8:754

Considerando que o regulamento do Instituto Industrial e Comercial de Coimbra, aprovado pelo decreto n.º 8:423, de 10 de Outubro de 1922, consigna no artigo 193.º a disposição de que, até a nova reorganização dos serviços públicos, não será nomeado novo pessoal docente, administrativo e menor, para os seus serviços;

Tendo em vista que o disposto no citado artigo, na parte que se refere ao pessoal docente, é contrário ao fixado nas leis n.ºs 971, de 17 de Maio de 1920, 1:031, de 20 de Agosto de 1920, e 1:344, de 7 de Setembro de 1922; e na parte que se refere ao pessoal administrativo e menor é regulado pelo disposto na citada lei n.º 1:344;

Atendendo a que as necessidades do ensino tornam indispensável regular a situação actual do pessoal docente do referido Instituto, bom como efectuar para êle as nomeações do novo pessoal docente:

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro do Comércio e Comunicações, decretar o seguinte:

Artigo único. Fica revogado o disposto no artigo 193.º do regulamento do Instituto Industrial e Comercial de Coimbra, aprovado pelo decreto n.º 8:423, de 10 de Outubro de 1922.

O Ministro do Comércio e Comunicações assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 3 de Abril de 1923. — ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA — *João Teixeira de Queiros Vaz Guedes.*